

Um estudo sobre a reconfiguração do trabalho de docentes de Química em Santa Catarina

A study on the reconfiguration of the work Chemistry teachers in Santa Catarina

Vanderlei José Valim Vieira Filho
Universidade Federal de Santa Catarina
qosavalimvieira@gmail.com

Marcelo Leandro Eichler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
exlerbr@gmail.com

Resumo

Em um período de forte confrontação entre propostas sobre a organização do Estado, parece necessário ampliar as análises críticas sobre a transição de políticas públicas educacionais para o ensino médio. Nesse sentido, essa pesquisa foca as percepções dos professores de Química de escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (REESC) sobre políticas educacionais que incidem sobre o trabalho docente. Os dados do estudo foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas com professores da REESC. A análise destes dados se deu a partir da Análise Textual Discursiva (ATD). Neste texto, apresentamos o contexto do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e como a configuração e reconfiguração deste programa pode ter influenciado o ensino de Química. Também, propõe-se uma reflexão a respeito da alteração do marco legal na contratação de professores em caráter temporário, que exerce influência no trabalho de docentes de Química e de todos os professores da rede.

Palavras-chave: reconfiguração, políticas públicas, ProEMI

Abstract

In a strong confrontation period between proposals on the State organization, it seems necessary to expand the critical analyzes on the transition from public educational policies to high school. This research focuses the Chemistry teachers perceptions of Santa Catarina State Teaching Network (REESC) schools on educational policies that affect the teaching work. The study data were obtained from semi-structured interviews with teachers from REESC. The analysis of these data was based on Discursive Textual Analysis (ATD). In this text, we present the Innovative High Education Program (ProEMI) context and how the configuration and reconfiguration of this program may have influenced the Chemistry teaching. Also, it is proposed to reflect on the influence of the legal framework alteration in the teacher's hiring on a temporary basis, which influences the work teachers Chemistry and all teachers in the network.

Key words: reconfiguration, public policies, ProEMI

Introdução

Na tentativa de compreensão do contexto o qual o professor, este que almeja o ensino de Química, está inserido, mostra-se necessária uma reflexão a respeito de suas condições de trabalho. Tempo para planejamento de aulas em sala e no laboratório, número de turmas e de colégios em que o professor trabalha, possibilidade de apoio para preparação de práticas experimentais, entre outros, são fatores que exercem influência direta na qualidade das aulas ministradas. Estes fatores estão, em sua grande parte, condicionados por políticas públicas.

Compreende-se políticas públicas como as de responsabilidade do Estado, quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões envolvendo órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. O processo de definição de políticas públicas de uma sociedade é reflexo dos conflitos de interesses e arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo (HÖFLING, 2001).

Convergemos com a perspectiva do ciclo de políticas públicas proposto por Stephen Ball que destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatizando os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, indicando a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Assim, se mostra relevante para a análise de políticas públicas elementos que constituam o contexto da prática. O foco da análise das políticas deve incidir sobre a interpretação que os profissionais atuantes no contexto da prática fazem para relacionar os textos das políticas à prática (MAINARDES, 2006).

Refletir sobre os elementos que condicionam o trabalho docente contribui para conscientização, compreensão, desalienação e reivindicação por uma educação de qualidade. De acordo com Rios (2014), o conceito de qualidade é totalizante, abrangente, multidimensional. É social e historicamente determinado, pois emerge em uma realidade específica de um contexto concreto. Desta maneira, uma análise crítica da qualidade deverá considerar todos esses aspectos, articulando aqueles de ordem técnica e pedagógica aos de caráter político-ideológico.

Neste artigo transcorremos sobre alguns cenários escolares condicionados por políticas públicas educacionais, visando revelar características do contexto em que se insere o trabalho do professor de Química da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (REESC). Dentre os cenários considerados, caracterizamos inicialmente o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).

Programa Ensino Médio Inovador

O ProEMI foi instituído oficialmente por meio da Portaria n. 971 de 09 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), tendo início nas escolas a partir do ano de 2010. O programa tem uma trajetória de desafios e sucessos que não é o objetivo da presente análise. Para conhecer mais sobre a influência desse programa no ensino de ciências, em escolas da REESC da grande Florianópolis, pode-se consultar a pesquisa de Santos e Eichler (2015).

Em 2015 a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC) disponibiliza em sua página oficial um extrato de orientações referentes à organização e funcionamento das unidades escolares com o ProEMI (SANTA CATARINA, 2015). No documento estão sintetizados os pressupostos contidos no Documento Orientador de 2014 (BRASIL, 2014). Um dos pontos contidos no texto é referente à carga horária destinada para planejamento, está ampliada para professores de disciplinas da Base Nacional Comum, atuantes no ProEMI. O

*número de aulas para planejamento*¹ varia de acordo com o número de turmas que o professor possui. Destaca-se também neste documento a composição da *equipe de gestão de aprendizagem*², podendo ser composta por um professor orientador de laboratório de Química. A configuração associada as aulas de planejamento para professores do ProEMI, já se fazia presente desde o ano de 2012 nas escolas da REESC.

A configuração do trabalho docente regulada pela SED-SC, de alguma forma promovida ou fomentada pelo ProEMI, foi considerada por participantes catarinenses do ProEMI como um fator de forte qualificação do ensino em escolas públicas (SANTOS, 2016).

A reconfiguração do cotidiano docente

Em 2016 alterações significativas ocorreram para os professores da REESC. Para os professores do ProEMI ocorreu a redução de metade do *número de aulas para planejamento a partir de 2016*³. Esta reconfiguração pode sinalizar uma atenuação de características deste programa, podendo estar associada ao fortalecimento de concepções educacionais e reformas que ganham força no país.

Gandin e Lima (2016) baseado nas perspectivas de Michael Apple entendem o Estado como uma relação, como local de disputa, no qual diferentes blocos lutam para serem hegemônicos e também para tornarem suas ideias hegemônicas.

Em determinado tempo e espaço, algumas ideias ganham maior importância que outras. Por exemplo, por que a educação integral se faz tão presente nos dias atuais? Por que ela é pauta governamental e tornou-se um programa de governo? Para que se possa compreender tais questões, é preciso levar em conta as disputas dos grupos que compõem o Estado e que fazem com que a educação integral seja vista como central (GANDIN; LIMA, 2016, p.655).

Associado a reconfiguração do cotidiano docente, destaca-se a Lei 16.861 (Lei dos ACTs) aprovada em 25 de dezembro de 2015 que, entre outros aspectos, regula a composição da jornada de trabalho do professor admitido em caráter temporário (ACT).

Metodologia

Este estudo é um recorte de um trabalho em desenvolvimento. Na dissertação, trabalho de origem de natureza qualitativa, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reflete-se de que maneira o cotidiano de professores de Química de escolas da REESC vem sendo afetado pelas políticas públicas na área educacional. Os dados que compõem este artigo foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas durante o segundo semestre de 2016, com três professores ACTs da REESC. A amostra foi composta por uma professora e dois professores. O tempo de trabalho dos docentes na REESC varia de três a dez anos.

O *corpus* (como é denominado o material de análise) construído para a pesquisa, a partir das transcrições das entrevistas semiestruturadas, foi submetido aos procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes (2003) e baseada em três etapas: (a) Desmontagem dos textos para sua desconstrução e unitarização; (b) Estabelecimento de

¹ Uma turma - duas aulas; duas turmas - quatro aulas; três turmas - seis aulas; quatro turmas - oito aulas; acima de cinco turmas dez aulas.

² Um professor orientador de leitura, um professor orientador de convivência, um professor orientador de laboratório de Física, um professor orientador de laboratório de Química, um professor orientador de laboratório de Biologia, um professor orientador de laboratório de Matemática.

³ Uma turma- uma aula; duas turmas- duas aulas; três turmas- três aulas; quatro turmas - quatro aulas; acima de quatro aulas - cinco aulas.

relações a fim de realizar o processo de categorização; (c) Captação do novo emergente para expressar as compreensões atingidas.

Resultados e discussão

Neste estudo, o processo de unitarização foi obtido por meio das respostas obtidas a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com três professores de Química da REESC. Cada um deles foi codificado através da letra (P) seguida de um número, para melhor organização dos relatos. A primeira categoria *a priori* descrita como “Precarização do trabalho docente” é composta por subcategorias emergentes, classificadas como: “Diminuição das aulas para planejamento destinadas aos professores do ProEMI” e “Aprovação da Lei 16.861 (Lei dos ACTs)”. A partir das entrevistas e de suas análises foi identificada a categoria emergente denominada: “Contexto do ProEMI” a qual se associa a subcategoria emergente “Professor orientador de laboratório de Química”. O processo de análise dos dados a partir da ATD resultou em categorias mistas. A tabela 1 contém as categorias e subcategorias.

Categoria	Subcategoria	Argumentos
Precarização do trabalho docente	Diminuição das aulas para planejamento destinadas aos professores do ProEMI	Aumento do número de turmas em que o professor atua
	Aprovação da Lei 16.861 (Lei dos ACTs)	Pode contribuir para o elevado número de colégios em que o professor atua
Contexto do ProEMI	Professor orientador de laboratório de Química	Auxilia o professor na elaboração, realização e desenvolvimento de atividades práticas

Tabela1: Categorias e subcategorias mistas referentes ao cotidiano de docentes de Química

Precarização do trabalho docente

A primeira categoria *a priori* analisada busca refletir sobre o significado do trabalho docente e da precarização das condições objetivas que o constitui. As condições objetivas são compreendidas como as condições efetivas de trabalho, englobando desde a organização da prática, participação no planejamento escolar, preparação de aula, até a remuneração do professor. Entende-se que o significado do trabalho docente:

[...] “é formado pela finalidade da ação de ensinar, isto é, pelo seu objetivo, e pelo conteúdo concreto efetivado através das operações realizadas conscientemente pelo professor, considerando as condições reais, objetivas na condução do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno” (BASSO, 1994, p.27).

A análise da precarização do trabalho dos professores com relação às condições de trabalho precisa ocorrer em diferentes facetas que o caracteriza (SAMPAIO; MARIN, 2004). Em nosso estudo destacaremos as seguintes facetas: jornada de trabalho (tempo de ensino e planejamento), atuação docente em mais de uma escola e o serviço de apoio aos educadores.

Durante a análise dos dados, elementos sinalizaram que um processo de precarização do trabalho docente ocorreu em 2016. Aumento significativo no número de turmas, elevado número de colégios em que o professor atuou, diminuição do tempo destinado para planejamento, além do desgaste são aspectos relatados como consequência das alterações ocorridas no cotidiano docente.

Consideramos que problemas ligados à precarização do trabalho escolar não são recentes no país, mas constantes e crescentes, e cercam as condições de formação e de trabalho dos professores, as condições materiais de

sustentação do atendimento escolar e da organização do ensino, a definição de rumos e de abrangência do ensino secundário e outras dimensões da escolarização, processo esse sempre precário, na dependência das prioridades em torno das políticas públicas (SAMPAIO; MARIN, 2004, p.1204).

As subcategorias que seguem discutirão com mais detalhes elementos que podem se associar a precarização do trabalho docente.

Diminuição das aulas para planejamento destinadas aos professores do ProEMI

Uma análise das unidades de sentido para esta subcategoria, discute como a diminuição do número de aulas para planejamento destinadas aos professores do ProEMI, pode estar associada ao aumento do número de turmas em que os professores atuaram durante o ano de 2016. Observamos o relato de P3 que atua na REESC há dez anos.

O mesmo ganho que eu tinha, por exemplo, ano passado, eu trabalhava 32 horas/aula e esse ano eu precisei trabalhar muito mais para ganhar o mesmo que eu ganhava ano passado, então eu tive uma redução salarial com a carga horária idêntica do que a do ano passado, por que eu tive que pegar mais turmas e trabalhar mais para ganhar o mesmo salário. Esse ano de 2016 foi o ano mais difícil como professor (P3).

O primeiro aspecto a se destacar é que P3 durante o ano de 2015 e 2016 atuou no ProEMI, conseqüentemente o número de aulas para planejamento deste professor era superior à de professores do ensino médio regular, sendo este tempo de planejamento remunerado como aula titular. Desta maneira, acredita-se que a diminuição do número de aulas para planejamento de professores do ProEMI, contribuiu no aumento expressivo do número de turmas que P3 atuou em 2016, tendo este que trabalhar em mais turmas para manter sua média salarial, pois a aula de planejamento em 2016 não era contabilizada como aula titular.

Ainda com relação à jornada do professor, ressalte-se que o número de turmas e o número de alunos por turma reflete diretamente na duração da jornada extrassala do docente, pois envolve planejamento de atividades além de correção de provas e trabalhos (ALVES; PINTO, 2011).

Aprovação da Lei 16.861 (Lei dos ACTs)

A subcategoria Lei 16.861 (Lei dos ACTs) aprovada em 25 de dezembro de 2015, entre outros aspectos, regula a composição da jornada de trabalho do professor ACT. Segundo o relato dos professores participantes desta pesquisa esta lei trouxe conseqüências significativas. Um aspecto que se destacou na fala de um dos professores foi à maneira que as aulas foram distribuídas durante o ano de 2016 após a aprovação desta lei.

Eu fiquei muito revoltado com essa lei por uma série de fatores. Quando cheguei no dia da escolha de vagas a gente via uns absurdos assim, que não dava para entender, daí respondiam que estava na Lei dos ACTs [...]. Tu chegas lá e as horas estão tudo picada, duas horas numa escola, quatro horas em outra e daí pra tu fazer vinte horas, tu tem que trabalhar em quatro escolas, o deslocamento é ruim porque tu levas mais tempo no trânsito do que na escola e assim precarizou o serviço, precarizou o salário. Eu fiquei tão revoltada tão revoltada que eu nem quis botar a mão nessa lei (P1).

No trecho acima P1 atribui o elevado número de colégios por ele trabalhado a Lei dos ACTs, entretanto, este professor admite não ter lido a lei, assim, refletiremos um pouco sobre o texto da Lei 16.861.

O capítulo III da Lei 16.861 discorre sobre a jornada de trabalho do professor, o artigo 7º diz:

Art. 7º A jornada de trabalho do Professor admitido em caráter temporário será, preferencialmente, de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais observados o disposto nas Seções I e II deste Capítulo.

Entretanto, o artigo 9º da sessão II que trata da jornada de trabalho do professor dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos diz:

Art. 9º Para fins de atendimento às necessidades específicas da unidade escolar, o Professor admitido em caráter temporário com efetivo exercício da atividade de docência nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos poderá cumprir jornada de trabalho distinta das que estabelece o art. 7º desta lei.

Desta maneira presume-se que os professores ACTs preferencialmente serão contratados por módulos de 10, 20, 30 e 40 horas. Entretanto, o fato de existir a possibilidade deste cumprir jornada de trabalho distinta dos módulos descritos no artigo 7º da Lei 16.861, pode contribuir para a existência de aulas fragmentadas que P1 expõe em sua fala. Assim, a Lei dos ACTs pode estar associada ao elevado número de escolas em que os professores atuaram em 2016, pois esta lei possibilitaria a existência de cargas horárias fragmentadas. “No caso do número de horas ser inferior a módulo de 10 horas ex. 5 horas os contratos serão como horistas” (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016).

Outro fragmento associa a Lei dos ACTs diretamente a precarização do trabalho docente, esta que tem como consequência o desgaste docente.

A Lei dos ACTs precarizou muito o ensino de Santa Catarina. Santa Catarina tem um dos piores salários do Brasil, então isso vem a dificultar o processo de ensino e aprendizagem, por que os professores ficam muito desgastados e atarefados. Particularmente eu como professor fiquei muito desanimado com essa mudança que teve, com essa lei nova (P3).

A sobrecarga de trabalho se caracteriza por uma jornada intensa de trabalho, e à exigência de se realizar várias atividades simultaneamente. O acúmulo de responsabilidades torna-se uma vivência de fadiga física e mental (MARIANO; MUNIZ, 2006).

Contexto do ProEMI

Nesta categoria buscou-se apresentar e discutir de que maneira o contexto do ProEMI pode contribuir no cotidiano de docentes de Química. A subcategoria “Professor orientador de laboratório de Química” permite identificar a contribuição deste profissional.

Professor orientador de laboratório de Química

Nesta subcategoria identificamos a contribuição do professor orientador de laboratório de Química. Provavelmente as reflexões anteriores oriundas dos relatos dos professores de Química, não se associem exclusivamente a professores desta disciplina, mas sim aos docentes atuantes na REESC em geral. Entretanto, há um aspecto peculiar a este professor que emergiu durante as entrevistas e que se associa diretamente ao ProEMI. Como transcorrido anteriormente, o ProEMI deve possuir uma equipe de gestão de aprendizagem composta por professor orientador de laboratório de Química. No relato dos professores observa-se a importância que este profissional tem na contribuição para aulas práticas.

No ProEMI eu vejo assim, primeiro por ter uma pessoa, no caso um funcionário, responsável pelo laboratório, que organizava as atividades

experimentais, organizava o laboratório, uma pessoa que dava suporte, isso fazia uma diferença enorme. Por que as atividades eram dois professores, era muito mais fácil de você dar atenção para turma inteira né, que geralmente eram turmas de vinte a trinta alunos. A questão era trazer a parte experimental para auxiliar a parte teórica, isso era fundamental (P2).

Aonde eu trabalhei neste ano (2016) no (nome da instituição) tem laboratório que não tem laboratorista, então eu como professor eu não tenho tempo de uma aula para outra preparar o experimento e depois para outra turma preparar todas as coisas de novo, eu não tenho tempo de planejamento (P3).

Várias escolas dispõem de alguns equipamentos e laboratórios que por várias razões, nunca são utilizados, dentre às quais cabe mencionar o fato de não existirem atividades já preparadas para o uso do professor, falta de recursos para aquisição de componentes e materiais de reposição, falta de tempo do professor para planejar a realização de atividades como parte do seu programa de ensino e laboratório fechado e sem manutenção (BORGES, 2002).

Sabe-se que a experimentação em Química não é exclusividade do espaço laboratorial e que ausência de um laboratório e de um profissional de laboratório não deve impedir a ocorrência de aulas práticas. Entretanto, a existência do professor orientador de laboratório ultrapassa a questão do espaço físico, contribuindo para a ocorrência de aulas experimentais, e fomentando a colaboração entre professores.

Considerações finais

Foi possível detectar na fala dos participantes da pesquisa elementos que sinalizaram um processo de precarização de seus trabalhos ocorridos no ano de 2016. Esta precarização pode ser justificada pelo aumento no número de turmas e escolas que estes docentes atuaram em 2016 em relação aos anos anteriores. Verificou-se que este processo pode estar associado à diminuição no número de aulas destinadas a planejamento para professores do ProEMI e aprovação da Lei dos ACTs. Também foi possível destacar elementos que se associam a contribuição que o professor orientador de laboratório de Química tem como facilitador na elaboração, desenvolvimento e ocorrência de aulas práticas. O estudo buscou valorizar o contexto da prática para melhor compreensão das possíveis contribuições que os condicionantes externos, como as políticas públicas, exercem sobre o cotidiano docente.

Agradecimentos e apoios

Agradecimento especial aos professores participantes da pesquisa.

Referências

ALVES, T; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, v.41, n.143, maio/ago. 2011.

BASSO, I. S. **As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente: um estudo a partir do ensino de história**. 1994. 148f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad. Diário Oficial da União, Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. MEC/SEB **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Brasília: 2014.

BRASIL. Lei n.16.861 de 28 de dezembro de 2015. Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. Estado de Santa Catarina: 2015.

BORGES, A. T. Novos rumos para o laboratório escolar de ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v.19, n.3, p.9-31, dez. 2002.

GANDIN, L. A.; LIMA, I.G. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.42, n.3, p.651-664, jul. /set. 2016.

HÖFLING, E, M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARIANO, M. S. S; MUNIZ, H. P. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.76-88, 2006.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v.9, n.2, p.191-211, 2003.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Orientação sobre a contratação dos/as professores/as ACTs. 2016. Disponível em: < <http://sinte-sc.org.br/trabalhadores-da-educacao/orientacao-sobre-a-contratacao-dos-as-professoras-acts/>> Acesso em: 12 de jan. 2017.

RIOS, T.A. **Compreender e ensinar**. Por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010, 158p.

SAMPAIO, M. M. F; MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.25, n.89, p.1203-1225, set. /dez. 2004.

SANTA CATARINA, Secretaria da Educação-SED. Extrato de Orientações, 2015.

SANTOS, T. K. M.; EICHLER, M. L. **O Ensino Médio Inovador e as implicações para o Ensino de Ciências: Uma reflexão a partir dos Projetos de Redesenho Curricular de escolas da Grande Florianópolis**. In: 35 Encontros de Debates de Ensino de Química, 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 2015. p. 1-8.

SANTOS, T.K.M. **O Ensino Médio Inovador e as implicações para o Ensino de Ciências: uma reflexão a partir da implementação do PROEMI em escolas da Grande Florianópolis**. 2016. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SILVA, R. R; MACHADO, P. F. L. Experimentação no Ensino Médio de Química: a necessária busca da consciência ético-ambiental no uso e descartes de produtos químicos – um estudo de caso. **Ciência & Educação**, v.14, n.2, p.233-249, 2008.